

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Edital 5/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	257005-CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM	11/05/2026 15:32 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2026	25208.000109/2026-99

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

257005 - CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

OBJETO

Aquisição de materiais de limpeza e sanitizantes.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 230.793.28 (Duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICADia **29/05/2026** às **09:00h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº.25208.000109/2026-99)

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS - CENP, sediado na Rodovia BR316, S/N, Levilândia, Ananindeua/PA, CEP: 67033-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de aquisição de materiais de limpeza e sanitizantes conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A licitação não será por formação de registro de preços - SRP.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A contratação será exclusiva para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme inciso I, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, pois seus valores individuais encontram-se abaixo de R\$ 80.000,00 reais, exceto para o grupo a ser formado pelos itens 7 e 15, posto que seu valor total é superior a R\$ 80.000,00 reais;

3.6.1. Será reservada cota de até 25% para o grupo a ser formado pelos itens 7 e 15, nos termos do inciso III, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto que se trata da aquisição de bens de natureza divisível;

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

- 5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e valor total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1 (um centavo).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 60 (sessenta) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A licitação não será por formação de registro de preço.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. A licitação não será por formação de registro de preço.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico mediante requisição de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: segad@cenp.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

ALINE AMARAL IMBELONI

Diretora do Centro Nacional de Primatas

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE AMARAL IMBELONI

Autoridade competente

OBADIAS DOS REIS SILVA

Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Agente de contratação

DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:32:38.

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	257005-CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM	12/05/2026 10:57 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2026	25208.000109/2026-99

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25208.000109/2026-99)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material de Limpeza de Sanitizantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO: CLASSE 8, NÚMERO RISCO: 85, RISCO SAÚDE: 3, CORROSIVIDADE: 1, PESO MOLECULAR	310507	Frasco de 1 litro	60	R\$ 3.89	R\$ 233,40

	COLOR: 74,50, COR: AMARELA ESVERDEADA BASTANTE FRACA, TIPO: LIMÃO, DENSIDADE: DE 1,20 A 1					
2	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES: APLICAÇÃO: LIMPEZA, TIPO: ETÍLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%	481012	Litro	150	R\$ 10.25	R\$ 1.537,50
3	ÁLCOOL ETÍLICO TIPO: ETÍLICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70%	429225	Unidade (FRASCO DE 420 ML)	50	R\$ 11.74	R\$ 587,00
4	CLOREXIDINA DIGLUCONATO SABONETE ANTISSÉPTICO DE CLOREXIDINA 2% EM SOLUÇÃO AQUOSA PARA ANTISSEPISIA DA PELE, APLICAÇÃO: DEGERMANTE	269876	Litro	100	R\$ 33.53	R\$ 3.353,00
5	COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE ADICIONAL: C/ ALÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 7 LITROS, MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO, TIPO DE RESÍDUO: GRUPO E - RESÍDUO PERFUCORTANTE	623108	Unidade	20	R\$ 9.68	R\$ 193,60

	INFECTANTE, TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO, USO: USO ÚNICO					
6	DESINFETANTE FORMA FÍSICA: EM PÓ, TEOR ATIVO: DILUIÇÃO: 1%, COMPOSIÇÃO: MONOPERSULFATO DE POTÁSSIO + SURFACTANTE	389764	Embalagem de 500g	100	R\$ 192.89	R\$ 19.289,00
7	DESINFETANTE ADICIONAL: SEM AROMA, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, TEOR ATIVO: TEOR ATIVO ENTRE 2,5% E 3,5%, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO	408763	Bombona de 5 litros	70	R\$ 137.90	R\$ 9.653,00
8	DESINFETANTE SPRAY PRINCÍPIO ATIVO: ORTOFENILFENOL , TEOR ATIVO: 0,1% , CLORETO DE BENZIL ALQUIL DIMETIL AMÔNIO, , FORMA FÍSICA: EM SPRAY (AEROSOL) , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA; TIPO: LYSOFORM OU SIMILAR	407849	Frasco de 360ml	80	R\$ 37.90	R\$ 3.032,00
9	DETERGENTE APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, COMPOSIÇÃO:	285860	Embalagem de 500ml	600	R\$ 3.59	R\$ 2.154,00

	DETERGENTE LÍQUIDO, CLORO ATIVO, SEQUESTRANTE E AL					
10	DETERGENTE SANEANTE ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA VIDRARIA DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ESTABILIZAN	389458	Litro	20	R\$ 31.46	R\$ 629,20
11	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO , APLICAÇÃO: LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE INSTRUMENTAL CIRURGICO , AROMA: NEUTRO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DILUIÇÃO PARA DESINFECÇÃO 1/50 LITROS , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR	462871	Embalagem de 5 litros	50	R\$ 62.10	R\$ 3.105,00
12	DETERGENTE ENZIMÁTICO ADICIONAL: PARA AUTOMAÇÃO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE	328078	Frasco de 1 litro	12	R\$ 30.00	R\$ 360,00
13	ESCOVA LIMPEZA GERAL	444268	Unidade	20	R\$ 12.72	R\$254,40

	APLICAÇÃO: RECIPIENTES TUBULAR E VIDRARIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO 40 CM, CERDAS GROSSA ATÓXICA, DIÂMETRO: 80, MATERIAL CERDAS: NÁILON, MATERIAL CORPO: POLIETILENO					
14	ESPONJA LIMPEZA ESPONJA: MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA, APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, ABRASIVIDADE: ALTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, FORMATO: RETANGULAR	250722	Unidade	1380	R\$ 3.29	R\$ 4.540,20
15	HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO CONCENTRADO, NÃO ESTABILIZADO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO	378971	Bombona de 5 litros	1600	R\$ 95.37	R\$ 152.592,00
16	LIXEIRA MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, CAPACIDADE: 100 LITROS, TIPO: COM TAMPA E RODAS COR: BRANCA,	292893	Unidade	12	R\$ 390.20	R\$ 4.682,40

	IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO "RESÍDUO INFECTANTE".					
17	LIXEIRA APLICAÇÃO: LIXO INFECTANTE GRUPO A, CAPACIDADE: 60 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL, COR: BRANCA, IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO RESÍDUO INFECTANTE", MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: QUADRAD	443329	Unidade	10	R\$ 263.10	R\$ 2.631,00
18	LIXEIRA CAPACIDADE: 15 LITROS, COR: BRANCA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: COM TAMPA E PEDAL, ALTURA: 38, LARGURA: 25	237915	Unidade	20	R\$ 58.26	R\$ 1.165,20
19	PÁ COLETORA LIXO COMPRIMENTO CABO: 80, APLICAÇÃO: LIMPEZA, COMPRIMENTO: 20, LARGURA: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO REVESTIDO EM PLÁSTICO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO	304186	Unidade	150	R\$ 21.00	R\$ 3.150,00
20	PÁ CONSTRUÇÃO CIVIL MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL,	470913	Unidade	20	R\$ 72.20	R\$ 1.444,00

	MATERIAL AÇO CARBONO, FORMATO: QUADRADA, TAMANHO 33 CM X 42 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRA EM Y TAMANHO 75CM					
21	PANO LIMPEZA MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 70, COR: BRANCA, LARGURA: 50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CHÃO	396308	Unidade	350	R\$ 4.10	R\$ 1.435,00
22	PANO LIMPEZA MATERIAL: MICROFIBRA, COMPRIMENTO: 80 CM, LARGURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ABRASIVOS, TIPO: PANO DE CHÃO	438328	Unidade	100	R\$ 10.27	R\$ 1.027,00
23	RODO MATERIAL SUPORTE: PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE: 40, QUANTIDADE BORRACHAS: 1, COR: SUPORTE E CABO PRATA, MATERIAL CABO: PLÁSTICO	228863	Unidade	100	R\$ 13.89	R\$ 1.389,50
24	SACO DE LIXO INFECTANTE MATERIAL: POLIPROPILENO, ALTURA: 90, APLICAÇÃO: LABORATORIAL,	455085	Embalagem 100UN	1	R\$ 89.49	R\$ 89.49

	COR: VERMELHA, LARGURA: 60, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO "RISCO BIOLÓGICO"					
25	SACO DE LIXO INFECTANTE SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 60 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 63 CM, ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 7 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	345591	Embalagem 100UN	10	R\$ 50.00	R\$ 500.00
26	SACO DE LIXO INFECTANTE SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 100 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 75 CM, ALTURA: 105 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	345589	Pacote 100UN	1	R\$ 87.10	R\$ 87.10
27	SACO DE LIXO INFECTANTE SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 15 L, COR: BRANCO	394188	Pacote 100 UN	40	R\$ 42.00	R\$ 1.680,00

	LEITOSO , LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE					
28	SACO PLÁSTICO LIXO SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 50 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR: VERDE	403318	Pacote c/ 30UN	84	R\$ 36.40	R\$ 3.057,60
29	SACO PLÁSTICO LIXO SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 30 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR: VERDE	403319	Pacote c/ 30UN	63	R\$ 22.90	R\$ 1.442,70
30	SACO PLÁSTICO LIXO SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 15 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR: VERDE	403320	Pacote c/ 30UN	120	R\$ 18.90	R\$ 2.268,00
31	SACO PLÁSTICO LIXO SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 6 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR: VERDE.	403320	Pacote c/ 30UN	40	R\$ 17.83	R\$ 713,20
32	SACO PLÁSTICO LIXO SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: PLÁSTICO	403320	Pacote com 100 unidades	10	R\$ 14.96	R\$ 149,60

	BIODEGRADÁVEL , CAPACIDADE: 15 L, LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO. COR: PRETO					
33	SACO PLÁSTICO LIXO ALTURA: 80, CAPACIDADE: 60, COR: PRETA, LARGURA: 63, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA	226093	Pacote 10UN	60	R\$ 9.60	R\$ 576,50
34	SACO TRANSPARENTE SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 4 KG, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	382626	Bobina com 500 unidades	1	R\$ 23.79	R\$ 23.79
35	SACO TRANSPARENTE SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 10 KG, LARGURA: 80 CM, ALTURA: 120 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	291494	Bobina com 500 unidades	1	R\$ 67.90	R\$ 67.90
36	VASSOURA MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO	226144	Unidade	100	R\$ 17.00	R\$ 1.700,00

	CEPA: 20, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, MATERIAL CABO: MADEIRA PLASTIFICADA					
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 230.793,28

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01/10, os bens devem ser: constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e não contenham substâncias

perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Critérios de Sustentabilidade Ambiental

4.2. O Estudo Técnico Preliminar adotou como referência a Advocacia-Geral da União, especialmente por meio do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - edição 2025, com o objetivo de incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica na presente contratação. Em conformidade com as diretrizes do guia, foram considerados aspectos como a redução de impactos ambientais, o uso racional de recursos naturais, a preferência por produtos de menor toxicidade e maior biodegradabilidade, bem como a adequada gestão de resíduos e embalagens. Dessa forma, busca-se assegurar que a contratação atenda não apenas às necessidades operacionais da Administração Pública, mas também aos princípios do desenvolvimento sustentável e da eficiência previstos na legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, a seguir serão considerados os critérios de sustentabilidade para a definição das especificações da contratação:

4.2.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013 (página 111 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2025);

4.2.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 (página 111 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2025);

4.2.3. A contratada deverá apresentar Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA (página 112 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2025).

Entrega e aceitação do objeto

4.3. Forma de Contratação e Agrupamento em Lote

Os objetos entregues deverão apresentar as características descritas neste Estudo. A entrega será única após 30 dias da emissão do empenho, com exceção dos itens a 12% e hipoclorito de sódio e desinfetante à base de quaternário de amônio, os quais deverão ser adquiridos em lote único, mediante celebração de contrato administrativo, pelas razões técnicas, administrativas e jurídicas a seguir:

I – Padronização Sanitária

Ambos os produtos são empregados de forma complementar nos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de higienização e desinfecção do Centro Nacional de Primatas, sendo essenciais às rotinas de manejo, laboratório, clínica veterinária e biotério.

A padronização do fornecimento evita variações de concentração, estabilidade química e eficácia microbiológica, garantindo segurança e previsibilidade nos protocolos de biossegurança.

II – Interdependência Operacional

Os referidos desinfetantes integram ciclos sanitários previamente definidos nos protocolos institucionais, sendo tecnicamente recomendável que sejam fornecidos por um mesmo fornecedor, assegurando compatibilidade técnica e uniformidade operacional.

III – Controle de Qualidade e Responsabilidade

O agrupamento em lote único permite:

- Maior rastreabilidade dos produtos;
- Uniformidade documental (FISPQ, registros e laudos);
- Centralização da responsabilidade contratual em caso de não conformidade.

IV – Fornecimento Parcelado e Segurança Jurídica

Considerando que:

- O hipoclorito de sódio possui prazo de validade reduzido, exigindo entregas trimestrais;
- O quaternário de amônio possui cronograma de fornecimento escalonado;
- A formalização por meio de contrato administrativo é necessária para assegurar o cumprimento das entregas sucessivas, a aplicação de penalidades e a continuidade do abastecimento.

V – Histórico de Descontinuidade em Aquisições Anteriores

Em contratações anteriores realizadas exclusivamente por meio de nota de empenho, houve descontinuidade no fornecimento, tendo as empresas alegado variação significativa dos preços dos insumos químicos durante o período de entrega parcelada.

A celebração de contrato administrativo permite cláusula de reajuste e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conferindo maior estabilidade e segurança jurídica à execução contratual.

VI – Fundamentação Legal

Nos termos dos arts. 40, §3º, e 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, sendo admitida a formação de lote quando houver justificativa técnica relacionada à padronização, compatibilidade, controle de qualidade ou segurança operacional, circunstâncias devidamente demonstradas no presente estudo.

4.4 - Condições de Entrega

4.4.1. A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado do Centro Nacional de Primatas, no horário das 08h às 11h ou das 13h às 16h, mediante acompanhamento de servidor(es) designado(s). O prazo geral de entrega será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, conforme o caso.

Condições Específicas de Fornecimento

a) Os itens de 1 a 12: Devem apresentar pelo menos 1 ano de validade no ato da entrega.

b) item 6 - Desinfetante à base de Monopersulfato de Potássio:

- Total: 25 frascos de 500g;
- Entrega única;
- Data de fabricação não superior a 30 dias;

c) Item 7 - Desinfetante à base de Quaternário de Amônio.

- Total: 70 bombonas de 5 litros;
- Entrega em 2 parcelas de 35 bombonas;
- Segunda entrega 6 meses após a primeira;
- Data de fabricação não superior a 60 dias;

d) Item 11 - Desinfetante à base de Dodecilbenzeno Sulfonato de Sódio.

- Total: 50 bombonas de 5 litros;
- Entrega única;
- Data de fabricação não superior a 60 dias;

e) Item 15 - Hipoclorito de Sódio a 12%

- Total: 1.600 bombonas de 5 litros;
- Entrega em 4 parcelas de 400 bombonas;
- Intervalo de 3 meses entre as entregas;
- Data de fabricação não superior a 30 dias;

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento imediato de material de consumo.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7. A presente contratação será exclusiva para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme inciso I, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, pois seus valores individuais encontram-se abaixo de R\$ 80.000,00 reais, exceto para o grupo a ser formado pelos itens 7 e 15, posto que seu valor total é superior a R\$ 80.000,00 reais;

4.8. Na presente licitação, será reservada cota de até 25% para o grupo a ser formado pelos itens 7 e 15, nos termos do inciso III, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto que se trata da aquisição de bens de natureza divisível;

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. 4.7.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos itens químicos deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresenta características distintas que determinam a forma de entrega:

5.2. Aquisição Imediata em Única Entrega

5.2.1. Alguns produtos, como o Virkon S e o desinfetante à base de dodecilbenzeno sulfonato de sódio, possuem prazo de validade extenso e podem ser fornecidos integralmente em uma única entrega. Esta forma de fornecimento atende às necessidades imediatas da instituição, sem comprometer a qualidade, a validade ou a segurança dos ambientes de manejo e laboratório.

5.3. Aquisição Parcelada em Lote Único com Contrato Administrativo

5.3.1. Os itens hipoclorito de sódio a 10% e desinfetante à base de quaternário de amônio exigem cuidados especiais:

5.3.1.1. São essenciais para os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de higienização e desinfecção do Centro Nacional de Primatas;

5.3.1.2. O hipoclorito de sódio possui prazo de validade reduzido, tornando necessária a entrega parcelada, garantindo a utilização dentro do período de validade;

5.3.1.3. O quaternário de amônio, embora com validade maior, integra o mesmo lote do hipoclorito, garantindo padronização técnica, rastreabilidade e uniformidade operacional;

5.3.1.4. Ambos os produtos deverão ser adquiridos em lote único, com formalização mediante contrato administrativo e cronograma de fornecimento, permitindo:

5.3.1.4.1. Continuidade do abastecimento;

5.3.1.4.2. Previsão de reajuste e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;

5.3.1.4.3. Aplicação de penalidades em caso de descumprimento;

5.3.1.4.4. Garantia de rastreabilidade e compatibilidade operacional;

5.3.1.5. Compras anteriores realizadas via nota de empenho evidenciaram , descontinuidade no fornecimento, motivada por variações de preços, reforçando a necessidade do contrato administrativo para assegurar estabilidade, segurança jurídica e operacional.

5.4. Portanto, o fornecimento será realizado de forma combinada:

5.4.1. Entrega única para produtos de validade longa (Virkon S e dodecilbenzeno sulfonato de sódio);

5.4.2. Parcelamento em lote único com contrato administrativo para hipoclorito de sódio e quaternário de amônio.

5.5. Essa estratégia garante segurança sanitária, continuidade das atividades do CENP, padronização, . rastreabilidade e conformidade jurídica.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as respectivas razões com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. O recebimento destes produtos deverá ser feito com acompanhamento do(s) servidor (es) designado(s), no setor de Almoxarifado do Centro Nacional de Primatas, no horário das 08 às 11 horas ou das 13 às 16 horas.

5.8. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

5.9. O ganhador deverá comprovar como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. Os objetos entregues deverão apresentar as características descritas no ETP. A entrega será única após 30 dias da emissão do empenho, com exceção dos itens hipoclorito de sódio a 12% e desinfetante à base de quaternário de amônio, os quais deverão ser adquiridos em lote único, mediante celebração de contrato administrativo, pelas razões técnicas, administrativas e jurídicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Total

SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
------	---

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para aquisição foi de **R\$ 230.793.28** (duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

OBADIAS DOS REIS SILVA

Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Agente de contratação

DÉBORA RENATA DOS REIS ROLIM

Agente de contratação

13. ANEXO I

A licitação será por pregão e terá minuta de Termo de Contrato.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OBADIAS DOS REIS SILVA

Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Agente de contratação

DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 10:57:13.

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Estudo Técnico Preliminar 6/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25208.000109/2026-99

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza e sanitizantes indispensáveis à execução das atividades de higienização, descontaminação e desinfecção de utensílios, instalações laboratoriais, clínica veterinária e biotérios destinados ao manejo e conservação de primatas não humanos no âmbito do Centro Nacional de Primatas.

A aplicação sistemática de desinfetantes e esterilizantes químicos constitui medida essencial para a redução ou eliminação da carga de microrganismos patogênicos a humanos e animais, prevenindo a disseminação de agentes infecciosos nas Unidades de Criação e Reprodução, nas áreas de manejo, nos laboratórios e na clínica veterinária, interrompendo possíveis ciclos de transmissão.

Ressalta-se que a contaminação de superfícies, utensílios e equipamentos em ambientes de laboratório e biotério ocorre com elevada frequência, em razão da manipulação constante de animais, insumos biológicos e resíduos orgânicos. Ainda que não estejam experimentalmente infectados, os primatas podem atuar como portadores assintomáticos de microrganismos patogênicos, inclusive de caráter zoonótico, representando risco ocupacional aos profissionais envolvidos.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção contínua de protocolos de desinfecção e esterilização, com a aplicação de agentes físicos e químicos adequados, antes e após a realização de procedimentos técnicos, assegurando condições sanitárias compatíveis com as exigências de biossegurança e bem-estar animal.

Os sanitizantes a serem adquiridos serão empregados na lavagem e desinfecção de ambientes destinados à reprodução, manejo e conservação de primatas não humanos, bem como na higienização de utensílios utilizados nas rotinas de manejo. Tais produtos devem possuir comprovada eficácia contra microrganismos de relevância sanitária, incluindo bactérias oportunistas como *Klebsiella pneumoniae*, associada a elevada morbimortalidade em primatas mantidos em cativeiro, além de outros agentes como *Escherichia coli*, *Salmonella spp.*, *Pseudomonas spp.*, *Proteus spp.*, *Staphylococcus spp.*, *Streptococcus spp.*, fungos dos gêneros *Penicillium*, *Microsporum*, *Aspergillus* (incluindo *A. niger* e *A. fumigatus*) e leveduras como *Candida spp.*

Destaca-se que princípios ativos como hipoclorito de sódio e compostos de quaternário de amônia são amplamente reconhecidos como germicidas de contato de amplo espectro, sendo adequados às rotinas de higienização de biotérios, desde que observadas as concentrações e os protocolos técnicos estabelecidos.

Adicionalmente, a aquisição dos referidos insumos é condição indispensável para a correta execução dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) vigentes na instituição, os quais estabelecem rotinas obrigatórias de limpeza, desinfecção, controle sanitário e manejo seguro. A indisponibilidade desses materiais comprometeria o cumprimento das normas internas de biossegurança, podendo gerar riscos sanitários, prejuízos às atividades técnicas e impactos ao bem-estar animal.

Assim, a contratação mostra-se necessária, contínua e essencial, constituindo requisito fundamental para a manutenção das condições sanitárias adequadas, a proteção da saúde ocupacional, o cumprimento dos protocolos institucionais e a garantia da qualidade das atividades desenvolvidas pelo CENP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Manejo de Primatas	Obadias dos Reis Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Forma de Contratação e Agrupamento em Lote

Os objetos entregues deverão apresentar as características descritas neste Estudo. A entrega será única após 30 dias da emissão do empenho, com exceção dos itens **hipoclorito de sódio** a 12% e **desinfetante à base de quaternário de amônio, os quais** deverão ser adquiridos em **lote único**, mediante **celebração de contrato administrativo**, pelas razões técnicas, administrativas e jurídicas a seguir:

I – Padronização Sanitária

Ambos os produtos são empregados de forma complementar nos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de higienização e desinfecção do Centro Nacional de Primatas, sendo essenciais às rotinas de manejo, laboratório, clínica veterinária e biotério.

A padronização do fornecimento evita variações de concentração, estabilidade química e eficácia microbiológica, garantindo segurança e previsibilidade nos protocolos de biossegurança.

II – Interdependência Operacional

Os referidos desinfetantes integram ciclos sanitários previamente definidos nos protocolos institucionais, sendo tecnicamente recomendável que sejam fornecidos por um mesmo fornecedor, assegurando compatibilidade técnica e uniformidade operacional.

III – Controle de Qualidade e Responsabilidade

O agrupamento em lote único permite:

- Maior rastreabilidade dos produtos;
- Uniformidade documental (FISPQ, registros e laudos);
- Centralização da responsabilidade contratual em caso de não conformidade.

IV – Fornecimento Parcelado e Segurança Jurídica

Considerando que:

- O hipoclorito de sódio possui prazo de validade reduzido, exigindo entregas trimestrais;
- O quaternário de amônio possui cronograma de fornecimento escalonado;
A formalização por meio de contrato administrativo é necessária para assegurar o cumprimento das entregas sucessivas, a aplicação de penalidades e a continuidade do abastecimento.

V – Histórico de Descontinuidade em Aquisições Anteriores

Em contratações anteriores realizadas exclusivamente por meio de nota de empenho, houve descontinuidade no fornecimento, tendo as empresas alegado variação significativa dos preços dos insumos químicos durante o período de entrega parcelada.

A celebração de contrato administrativo permite cláusula de reajuste e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conferindo maior estabilidade e segurança jurídica à execução contratual.

VI – Fundamentação Legal

Nos termos dos arts. 40, §3º, e 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, sendo admitida a formação de lote quando houver justificativa técnica relacionada à padronização, compatibilidade, controle de qualidade ou segurança operacional, circunstâncias devidamente demonstradas no presente estudo

4.2 Condições de Entrega

A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado do Centro Nacional de Primatas, no horário das 08h às 11h ou das 13h às 16h, mediante acompanhamento de servidor(es) designado(s).

O prazo geral de entrega será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, conforme o caso.

4.3 Condições Específicas de Fornecimento

a) Os itens de 1 a 12:

- Devem apresentar pelo menos 1 ano de validade no ato da entrega.

b) item 6 - Desinfetante à base de Monopersulfato de Potássio:

- Total: 25 frascos de 500g
- Entrega única
- Data de fabricação não superior a 30 dias

c) Item 7 - Desinfetante à base de Quaternário de Amônio.

- Total: 70 bombonas de 5 litros
- Entrega em 2 parcelas de 35 bombonas
- Segunda entrega 6 meses após a primeira
- Data de fabricação não superior a 60 dias

d) Item 11 - Desinfetante à base de Dodecilbenzeno Sulfonato de Sódio.

- Total: 50 bombonas de 5 litros
- Entrega única

- Data de fabricação não superior a 60 dias

e) Item 15 - Hipoclorito de Sódio a 12%

- Total: 1.600 bombonas de 5 litros
- Entrega em 4 parcelas de 400 bombonas
- Intervalo de 3 meses entre as entregas
- Data de fabricação não superior a 30 dias

4.4 Critérios de Aceitação

Para o recebimento definitivo, deverão ser observados:

- I – Embalagem íntegra e rotulagem conforme normas da ANVISA;
- II – Apresentação da Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme ABNT NBR 14725;
- III – Observância dos prazos máximos de fabricação estabelecidos;
- IV – Comprovação de registro do produto junto à ANVISA, quando aplicável;
- V – Comprovação de registro do fabricante junto ao CTF/IBAMA, quando aplicável.

4.5 Requisitos de Habilitação Técnica

A empresa vencedora deverá apresentar:

- I – Termo de compromisso do fabricante contendo identificação do produto, garantia de fornecimento e comprovação de registro junto à ANVISA (Lei nº 6.360/1976);
- II – Prova de registro do fabricante e da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Química, conforme RN nº 122/1990 do CFQ;
- III – Comprovação de responsável técnico (Químico) regularmente habilitado e adimplente junto ao respectivo Conselho Regional de Química, nos termos da Lei nº 2.800/1956.

4.6 Critérios de Sustentabilidade Ambiental

O presente Estudo Técnico Preliminar adota como referência a Advocacia-Geral da União, especialmente por meio do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - edição 2025, com o objetivo de incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica na presente contratação. Em conformidade com as diretrizes do guia, foram considerados aspectos como a redução de impactos ambientais, o uso racional de recursos naturais, a preferência por produtos de menor toxicidade e maior biodegradabilidade, bem como a adequada gestão de resíduos e embalagens. Dessa forma, busca-se assegurar que a contratação atenda não apenas às necessidades operacionais da Administração Pública, mas também aos princípios do desenvolvimento sustentável e da eficiência previstos na legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, a seguir serão considerados os seguintes critérios de sustentabilidade para a definição das especificações da contratação.

- I – Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- II – Ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis e garantindo adequada proteção durante o transporte e armazenamento;
- III – Não conter substâncias perigosas em concentração superior à recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenilas polibromadas (PBBs) e éteres difenil polibromados (PBDEs);
- IV - Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013 (página 111 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2025);
- V- A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 (página 111 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2025);
- VI - A contratada deverá apresentar Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA (página 112 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2025);

5. Levantamento de Mercado

A aquisição dos itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui objeto de demanda recorrente pelo Centro Nacional de Primatas, sendo empregados rotineiramente nos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de higienização e desinfecção de biotérios, laboratórios e áreas de manejo de primatas não-humanos.

De acordo com pesquisa de mercado preliminar realizada junto a fornecedores cadastrados e empresas especializadas na produção e comercialização de desinfetantes e sanitizantes, verifica-se a ampla disponibilidade de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas, quantitativas e de qualidade exigidas neste documento.

As empresas mapeadas possuem experiência comprovada na fabricação e fornecimento de produtos químicos registrados junto à ANVISA e ao Conselho Regional de Química, atendendo aos requisitos de validade, rastreabilidade, embalagem e composição química estabelecidos no presente ETP.

Dessa forma, conclui-se que o mercado apresenta capacidade técnica, operacional e comercial suficiente para atender à demanda do CENP, garantindo competitividade, pluralidade de ofertas e possibilidade de seleção de fornecedor com melhor relação custo-benefício.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição dos itens deste ETP visa atender às necessidades de limpeza e desinfecção dos ambientes de criação e reprodução de primatas não-humanos para reduzir ou eliminar a carga de micro-organismos patogênicos ao homens e aos animais, evitando assim a proliferação e transmissão de doenças entre os animais da colônia.

Nº ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA

1	ÁGUA SANITÁRIA	ÁGUA SANITÁRIA: COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO: CLASSE 8, NÚMERO RISCO: 85, RISCO SAÚDE: 3, CORROSIVIDADE: 1, PESO MOLECULAR CLORO: 74,50, COR: AMARELA ESVERDEADA BASTANTE FRACA, TIPO: LIMÃO, DENSIDADE: DE 1,20 A 1	Frasco de 1 litro
2	ÁLCOOL ETÍLICO	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES: APLICAÇÃO: LIMPEZA, TIPO: ETÍLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%	Litro
3	ÁLCOOL ETÍLICO	TIPO: ETÍLICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70%	Unidade
4	CLOREXIDINA DIGLUCONATO	ABONETE ANTISSEPTICO DE CLOREXIDINA 2% EM SOLUÇÃO AQUOSA PARA ANTISSEPSIA DA PELE, APLICAÇÃO: DEGERMANTE	litro
5	COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE	ADICIONAL: C/ ALÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 7 LITROS, MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO, TIPO DE RESÍDUO: GRUPO E - RESÍDUO PERFUROCORTANTE INFECTANTE, TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO, USO: USO ÚNICO	unidade
6	DESINFETANTE	DESINFETANTE: FORMA FÍSICA: EM PÓ, TEOR ATIVO: DILUIÇÃO: 1%, COMPOSIÇÃO: MONOPERSULFATO DE POTÁSSIO + SURFACTANTE	Embalagem de 500g
7	DESINFETANTE	DESINFETANTE: CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, TEOR ATIVO: TEOR ATIVO ENTRE 2,5% E 3,5%, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO	Bombona de 5 litros
8	DESINFETANTE SPRAY	PRINCÍPIO ATIVO: ORTOFENILFENOL , TEOR ATIVO: 0,1% , CLORETO DE BENZIL ALQUIL DIMETIL AMÔNIO, , FORMA FÍSICA: EM SPRAY (AEROSSOL) , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA; TIPO: LYSOFORM OU SIMILAR	frasco de 360 ml
9	DETERGENTE	DETERGENTE: APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, COMPOSIÇÃO: DETERGENTE LÍQUIDO, CLORO ATIVO, SEQUESTRANTE E AL	Embalagem de 500ml
10	DETERGENTE	DETERGENTE SANEANTE: ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA VIDRARIA DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ESTABILIZAN	Litro
11	DETERGENTE	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE INSTRUMENTAL CIRURGICO , AROMA: NEUTRO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DILUIÇÃO PARA DESINFECÇÃO 1/50 LITROS , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR	Embalagem de 5 litros
12	DETERGENTE ENZIMÁTICO	ADICIONAL: PARA AUTOMAÇÃO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE	litro
13	ESCOVA LIMPEZA GERAL	APLICAÇÃO: RECIPIENTES TUBULAR E VIDRARIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO 40 CM, CERDAS GROSSA ATÓXICA, DIÂMETRO: 80, MATERIAL CERDAS: NÁILON, MATERIAL CORPO: POLIETILENO	Unidade
14	ESPONJA LIMPEZA	ESPONJA: MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA, APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, ABRASIVIDADE: ALTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, FORMATO: RETANGULAR	Unidade
15	HIPOCLORITO DE SÓDIO	ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO CONCENTRADO, NÃO ESTABILIZADO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO	Unidade (Bombonas de 5 litros)
16	LIXEIRA	LIXEIRA: MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, CAPACIDADE: 100 LITROS, TIPO: COM TAMPA E RODAS, COR BRANCA	Unidade

17	LIXEIRA	APLICAÇÃO: LIXO INFECTANTE GRUPO A, CAPACIDADE: 60 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL, COR: PRETA, IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO, MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: QUADRADA	Unidade
18	LIXEIRA	CAPACIDADE: 15 LITROS, COR: BRANCA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: COM TAMPA E PEDAL, ALTURA: 38, LARGURA: 25	unidade
19	PÁ COLETORA LIXO	PÁ COLETORA LIXO: COMPRIMENTO CABO: 80, APLICAÇÃO: LIMPEZA, COMPRIMENTO: 20, LARGURA: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO REVESTIDO EM PLÁSTICO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO	Unidade
20	PÁ CONSTRUÇÃO CIVIL	MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO CARBONO, FORMATO: QUADRADA, TAMANHO 33 CM X 42 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRA EM Y TAMANHO 75CM..	Unidade
21	PANO LIMPEZA	MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 70, COR: BRANCA, LARGURA: 50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CHÃO	unidade
22	PANO LIMPEZA	MATERIAL: MICROFIBRA, COMPRIMENTO: 80 CM, LARGURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ABRASIVOS, TIPO: PANO DE CHÃO	Unidade
23	RODO	RODO: MATERIAL SUPORTE: PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE: 40, QUANTIDADE BORRACHAS: 1, COR: SUPORTE E CABO PRATA, MATERIAL CABO: PLÁSTICO	Unidade
24	SACO DE LIXO INFECTANTE	ALTURA: 50, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO "RISCO BIOLÓGICO", COR: VERMELHA, LARGURA: 35, MATERIAL: POLIPROPILENO	Embalagem 100UN
25	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 60L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 63 CM, ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 7 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Embalagem 100UN
26	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 100 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 75 CM, ALTURA: 105 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Pacote 100UN
27	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 15 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.	Embalagem 100UN
28	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 50 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE	Pacote c/ 30UN
29	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 30 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE	Pacote c/ 30UN
30	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 15 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE.	Pacote c/ 30UN
31	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 6 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE.	Pacote c/ 30UN
32	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL , CAPACIDADE: 15 L, LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO. COR: PRETO	pacote com 100 unidades
33	SACO PLÁSTICO LIXO	ALTURA: 80, CAPACIDADE: 60 L, COR: PRETA, LARGURA: 63, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA	Pacote 10UN
		SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE:	

34	SACO TRANSPARENTE	4 KG, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	bobina com 500 unidades
35	SACO TRANSPARENTE	ACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 10 KG, LARGURA: 80 CM, ALTURA: 120 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	bobina com 50 unidades
36	VASSOURA	VASSOURA: MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 20, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, MATERIAL CABO: MADEIRA PLASTIFICADA	Unidade

A descrição dos itens da tabela acima com imagens ilustrativas estão presentes no Anexo I.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Aquisição de materiais de limpeza e sanitizantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Nº ITEM	CATMAT	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	310507	ÁGUA SANITÁRIA	ÁGUA SANITÁRIA: COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO: CLASSE 8, NÚMERO RISCO: 85, RISCO SAÚDE: 3, CORROSIVIDADE: 1, PESO MOLECULAR CLORO: 74,50, COR: AMARELA ESVERDEADA BASTANTE FRACA, TIPO: LIMÃO, DENSIDADE: DE 1,20 A 1	Frasco de 1 litro	60
2	481012	ÁLCOOL ETÍLICO	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES: APLICAÇÃO: LIMPEZA, TIPO: ETÍLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%	Litro	150
3	429225	ÁLCOOL ETÍLICO	TIPO: ETÍLICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70%	Unidade (FRASCO DE 420 ML)	50
4	269876	CLOREXIDINA DIGLUCONATO	SABONETE ANTISSEPTICO DE CLOREXIDINA 2% EM SOLUÇÃO AQUOSA PARA ANTISSEPSIA DA PELE, APLICAÇÃO: DEGERMANTE	litro	100
5	623108	COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE	ADICIONAL: C/ ALÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 7 LITROS, MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO, TIPO DE RESÍDUO: GRUPO E - RESÍDUO PERFUROCORTE INFECCIONANTE, TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO, USO: USO ÚNICO	unidade	20
6	389764	DESINFETANTE	DESINFETANTE: FORMA FÍSICA: EM PÓ, TEOR ATIVO: DILUIÇÃO: 1%, COMPOSIÇÃO: MONOPERSULFATO DE POTÁSSIO + SURFACTANTE	Embalagem de 500g	100
			DESINFETANTE: CARACTERÍSTICA		

7	408763	DESINFETANTE	ADICIONAL: SEM AROMA, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, TEOR ATIVO: TEOR ATIVO ENTRE 2,5% E 3,5%, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO	Bombona de 5 litros	70
8	407849	DESINFETANTE SPRAY	PRINCÍPIO ATIVO: ORTOFENILFENOL , TEOR ATIVO: 0,1% , CLORETO DE BENZIL ALQUIL DIMETIL AMÔNIO, , FORMA FÍSICA: EM SPRAY (AEROSSOL) , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA; TIPO: LYSOFORM OU SIMILAR	frasco de 360ml	80
9	285860	DETERGENTE	DETERGENTE: APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, COMPOSIÇÃO: DETERGENTE LÍQUIDO, CLORO ATIVO, SEQUESTRANTE E AL	Embalagem de 500ml	600
10	389458	DETERGENTE	DETERGENTE SANEANTE: ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA VIDRARIA DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ESTABILIZAN	Litro	20
11	462871	DETERGENTE	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO , APLICAÇÃO: LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE INSTRUMENTAL CIRURGICO , AROMA: NEUTRO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DILUIÇÃO PARA DESINFECÇÃO 1/50 LITROS , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR	Embalagem de 5 litros	50
12	328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO	ADICIONAL: PARA AUTOMAÇÃO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE	Frasco de 1 litro	12
13	444268	ESCOVA LIMPEZA GERAL	APLICAÇÃO: RECIPIENTES TUBULAR E VIDRARIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO 40 CM, CERDAS GROSSA ATÓXICA, DIÂMETRO: 80, MATERIAL CERDAS: NÁILON, MATERIAL CORPO: POLIETILENO	Unidade	20
14	250722	ESPONJA LIMPEZA	ESPONJA: MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA, APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, ABRASIVIDADE: ALTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, FORMATO: RETANGULAR	Unidade	1.380
15	378971	HIPOCLORITO DE SÓDIO	ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO CONCENTRADO, NÃO ESTABILIZADO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO	Bombona de 5 litros	1.600
16	292893	LIXEIRA	LIXEIRA: MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, CAPACIDADE: 100 LITROS, TIPO: COM TAMPA E RODAS COR: BRANCA, IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO "RESÍDUO INFECTANTE".	Unidade	12
17	443329	LIXEIRA	APLICAÇÃO: LIXO INFECTANTE GRUPO A, CAPACIDADE: 60 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL, COR: BRANCA, IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO RESÍDUO INFECTANTE", MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: QUADRADA	Unidade	10
18	237915	LIXEIRA	CAPACIDADE: 15 LITROS, COR: BRANCA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: COM TAMPA E	Unidade	20

			PEDAL, ALTURA: 38, LARGURA: 25		
19	304186	PÁ COLETORA LIXO	PÁ COLETORA LIXO: COMPRIMENTO CABO: 80, APLICAÇÃO: LIMPEZA, COMPRIMENTO: 20, LARGURA: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO REVESTIDO EM PLÁSTICO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO	Unidade	150
20	470913	PÁ CONSTRUÇÃO CIVIL	MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO CARBONO, FORMATO: QUADRADA, TAMANHO 33 CM X 42 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRAB EM Y TAMANHO 75CM..	Unidade	20
21	396308	PANO LIMPEZA	MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 70, COR: BRANCA, LARGURA: 50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CHÃO	UNIDADE	350
22	438328	PANO LIMPEZA	MATERIAL: MICROFIBRA, COMPRIMENTO: 80 CM, LARGURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ABRASIVOS, TIPO: PANO DE CHÃO	UNIDADE	100
23	228863	RODO	RODO: MATERIAL SUPORTE: PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE: 40, QUANTIDADE BORRACHAS: 1, COR: SUPORTE E CABO PRATA, MATERIAL CABO: PLÁSTICO	Unidade	100
24	455085	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO: MATERIAL: POLIPROPILENO, ALTURA: 90, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, COR: VERMELHA, LARGURA: 60, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO "RISCO BIOLÓGICO"	Embalagem 100UN	1
25	345591	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 60 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 63 CM, ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 7 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Embalagem 100UN	10
26	345589	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 100 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 75 CM, ALTURA: 105 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Pacote 100UN	1
27	394188	SACO DE LIXO INFECTANTE	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 15 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	PACOTE COM 100 UN	40
28	403318	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 50 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE	Pacote c/ 30UN	84
29	403319	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 30 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE	Pacote c/ 30UN	63

30	403320	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 15 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE.	Pacote c/ 30UN	120
31	403320	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 6 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE.	Pacote c/ 30UN	40
32	403320	SACO PLÁSTICO LIXO	SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL , CAPACIDADE: 15 L, LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO. COR: PRETO	pacote com 100 unidades	10
33	226093	SACO PLÁSTICO LIXO	ALTURA: 80, CAPACIDADE: 60, COR: PRETA, LARGURA: 63, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA	Pacote 10UN	60
34	382626	SACO TRANSPARENTE	SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 4 KG, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	bobina com 500 unidades	1
35	291494	SACO TRANSPARENTE	SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 10 KG, LARGURA: 80 CM, ALTURA: 120 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	bobina com 500 unidade	1
36	226144	VASSOURA	VASSOURA: MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 20, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, MATERIAL CABO: MADEIRA PLASTIFICADA	Unidade	100

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

ITEM 01: ÁGUA SANITÁRIA - Demanda de 60 litros de água sanitária para uso na seção de laboratórios, destinada à desinfecção de produtos, materiais e superfícies, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de higiene, controle microbiológico e segurança sanitária. O consumo estimado é de 5 litros por mês, o que corresponde a uma previsão de utilização para aproximadamente 12 meses.

ITEM 02 E 03: ÁLCOOL ETILÍCO LÍQUIDO E GEL - O quantitativo de 150 litros de álcool etílico líquido justifica-se pela necessidade de higienização das mãos nas sete unidades de criação e reprodução, na clínica, na Unidade de Investigação Biomédica, na área de exposição animal e na Unidade de Nutrição Animal. Considerando o consumo total estimado para 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 12,5 litros por mês, o que corresponde a cerca de 1,14 litro mensal por área/unidade contemplada, garantindo a manutenção das condições adequadas de higiene e biossegurança em todos os setores atendidos. da mesma forma há necessidade de 50 frascos de álcool em gel de 420 ml, destinados ao uso nos mesmos setores, totalizando 21 litros do produto. Esse quantitativo corresponde a um consumo médio de aproximadamente 1,75 litro por mês, ou cerca de 0,16 litro mensal por área/unidade, complementando as ações de higienização e reforçando as medidas de biossegurança ao longo do período de um ano.

ITEM 04: CLOREXIDINA DIGLUCONATO - O quantitativo de 100 frascos de 1 litro de clorexidina justifica-se pela necessidade de abastecimento dos dispensadores das pias destinadas à higienização das mãos e de produtos nas sete unidades de criação e reprodução, na área de exposição animal e na Unidade de Nutrição Animal, garantindo

condições adequadas de higiene, assepsia e biossegurança. Considerando o volume total de 100 litros para um período de 12 meses, estima-se um consumo médio de aproximadamente 8,33 litros por mês, o que corresponde a cerca de 0,93 litro mensal por área/unidade contemplada, assegurando o suprimento contínuo ao longo de um ano.

ITEM 05: COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE - A aquisição de 20 unidades de coletores de resíduos de serviços de saúde justifica-se pela necessidade de utilização nas sete unidades de criação e reprodução, na clínica veterinária, na área de exposição animal e na Unidade de Investigação Biomédica, destinados ao descarte adequado de materiais infectantes e perfurocortantes provenientes do manejo sanitário dos animais, garantindo condições adequadas de biossegurança e conformidade com as normas sanitárias vigentes. Considerando o consumo estimado de 1 unidade por setor a cada semestre, e a existência de 10 setores contemplados, obtém-se um consumo semestral de 10 unidades. Dessa forma, para um período de 12 meses (2 semestres), a estimativa total é de 20 unidades ao ano, assegurando a reposição contínua e adequada dos coletores em todas as áreas atendidas.

ITEM 06: DESINFETANTE VIRKON - O quantitativo de 100 unidades de desinfetante Virkon ao ano justifica-se pela necessidade de utilização no processo de desinfecção dos recintos dos animais nas sete unidades de criação e reprodução animal, na Unidade de Investigação Biomédica e na clínica veterinária, após a etapa de lavagem, assegurando condições adequadas de biossegurança, controle microbiológico e sanidade ambiental. Considerando o consumo anual de 100 unidades para um período de 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 8,33 unidades por mês. Como o produto é destinado a 9 unidades/setores no total, a distribuição média corresponde a cerca de 0,93 unidade por mês por unidade/setor, garantindo a reposição contínua e adequada ao longo do período.

ITEM 07: DESINFETANTE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO - A necessidade de aquisição de 70 bombonas de 5 litros de amônia justifica-se pelo uso do produto nos pedilúvios empregados como barreiras sanitárias nas sete unidades de criação e reprodução, na área de exposição animal, na Unidade de Nutrição Animal, na Unidade de Investigação Biomédica, na quarentena e na clínica veterinária. O uso contínuo do produto é essencial para a manutenção das medidas de biossegurança, prevenindo a disseminação de agentes contaminantes entre os diferentes setores. Considerando o consumo total de 70 bombonas (350 litros) para um período de 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 5,83 bombonas por mês. Como o produto é destinado a 11 setores no total, a distribuição média corresponde a cerca de 0,53 bombona por mês por setor, garantindo a reposição contínua dos pedilúvios e a manutenção das barreiras sanitárias ao longo de um ano.

ITEM 08: DESINFETANTE SPRAY - A necessidade de aquisição de 80 frascos de desinfetante em spray justifica-se para utilização na desinfecção de calçados (botas e sapatos de circulação) empregados nas atividades diárias em toda a área técnica do CENP, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de biossegurança e controle de contaminações cruzadas entre os diferentes setores. Considerando o quantitativo total de 80 frascos para um período de 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 6,67 frascos por mês, garantindo a reposição contínua e o atendimento das demandas operacionais ao longo do ano.

ITEM 09: DETERGENTE NEUTRO - A necessidade de aquisição de 600 frascos de detergente neutro líquido justifica-se para utilização na higienização de materiais utilizados nas atividades desenvolvidas em toda a área técnica do CENP, assegurando a adequada limpeza, remoção de resíduos orgânicos e manutenção das condições de biossegurança e assepsia dos equipamentos e utensílios. Considerando o consumo total de 600 frascos para um período de 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 50 frascos por mês, garantindo o abastecimento contínuo e a regularidade das atividades de limpeza e desinfecção ao longo do ano.

ITEM 10: DETERGENTE SANEANTE - A aquisição de 20 litros de detergente saneante é necessária para a limpeza de vidrarias utilizadas nas atividades desenvolvidas na Seção de Laboratórios do CENP, garantindo a adequada remoção de resíduos e a manutenção das condições de higiene, segurança e confiabilidade dos procedimentos laboratoriais. Considerando o quantitativo total de 20 litros para um período de 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 1,67 litro por mês, assegurando o abastecimento contínuo do produto ao longo do ano.

ITEM 11: DETERGENTE DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO - A aquisição de 50 bombonas de 5 litros de detergente justifica-se pela necessidade de utilização na lavagem dos recintos dos animais nas sete unidades de criação e reprodução, na área de exposição animal, na Unidade de Investigação Biomédica e na clínica veterinária, assegurando a adequada remoção de sujidades e matéria orgânica, bem como a manutenção das condições de higiene, biossegurança e bem-estar animal. Considerando o quantitativo total de 50 bombonas (250 litros) para um período de 12 meses e a existência de 10 setores contemplados, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 5 bombonas por setor ao ano, o que corresponde a cerca de 0,42 bombona por mês por setor. Dessa forma, garante-se o abastecimento contínuo e a regularidade das atividades de limpeza em todas as áreas atendidas ao longo do ano.

ITEM 12: DETERGENTE ENZIMÁTICO - A utilização de 12 litros de detergente enzimático justifica-se para emprego nas atividades de limpeza e descontaminação de materiais e superfícies na Seção de Laboratórios, contribuindo para a adequada remoção de resíduos orgânicos e garantindo condições de higiene, segurança e confiabilidade nos procedimentos laboratoriais. Considerando o quantitativo total de 12 litros para um período de 12 meses, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 1 litro por mês, assegurando o abastecimento contínuo do produto ao longo do ano.

ITEM 13: ESCOVA LIMPEZA GERAL - aquisição de 20 escovas de limpeza geral justifica-se para a higienização adequada das mamadeiras utilizadas na oferta de água e sucos aos primatas mantidos no CENP, nas sete unidades de criação e reprodução, na área de exposição animal, na Unidade de Investigação Biomédica, na quarentena e na clínica veterinária, garantindo condições adequadas de higiene, biossegurança e bem-estar animal. Considera-se a utilização de 1 escova por setor ao ano, distribuída entre os 11 setores atendidos, totalizando 11 unidades destinadas ao uso regular. As 9 unidades restantes serão mantidas em estoque como reserva técnica, destinadas à substituição em caso de desgaste, perda ou necessidade operacional, assegurando a continuidade das atividades sem prejuízo à rotina de limpeza e manejo sanitário ao longo do período de 12 meses.

ITEM 14: ESPONJA LIMPEZA - A aquisição de 1.380 esponjas de limpeza justifica-se para utilização na higienização de materiais empregados nas atividades desenvolvidas nas sete unidades de criação e reprodução, na área de exposição animal, na Unidade de Investigação Biomédica, na quarentena, na clínica veterinária, na Unidade de Nutrição Animal e na Seção de Laboratórios, assegurando a adequada limpeza, remoção de resíduos e manutenção das condições de biossegurança e assepsia dos procedimentos realizados. Considerando o quantitativo total de 1.380 unidades para um período de 12 meses e a existência de 13 setores contemplados, obtém-se um consumo médio de aproximadamente 115 esponjas por mês no total, o que corresponde a cerca de 9 esponjas por mês por setor. Dessa forma, garante-se o abastecimento contínuo e a regularidade das atividades de limpeza em todas as áreas atendidas ao longo do ano.

ITEM 15: HIPOCLORITO DE SÓDIO - Considerando a IP SEMAP 1.12-001, que orienta a diluição de 420 ml de hipoclorito de sódio a 12% para cada 5 litros de solução, e levando em conta que, nas 7 unidades de criação e reprodução, bem como na área de exposição, o produto é utilizado tanto para a desinfecção de materiais quanto dos recintos onde os animais são mantidos, estima-se um consumo mensal de aproximadamente 635,6 litros do produto. Dessa forma, o quantitativo anual estimado é de 7.627,2 litros. Considerando ainda que a clínica e a Unidade de Investigação Biomédica também utilizam o produto conforme a demanda de animais, bem como a Unidade de Nutrição Animal, que o emprega na desinfecção de hortifrutigranjeiros e ambientes, projeta-se a necessidade de aquisição de 8.000 litros de hipoclorito de sódio. Para atender a essa demanda, solicita-se a compra de 1.600 bombonas de 5 litros, totalizando 8.000 litros do produto.

ITEM 16 : LIXEIRA DE 100 LITROS - A aquisição de 12 lixeiras com capacidade de 100 litros justifica-se pela necessidade de substituição das lixeiras externas das sete unidades de criação e reprodução, da Unidade de Investigação Biomédica e da Seção de Laboratórios, além da destinação de 2 unidades adicionais para a Unidade

de Nutrição Animal. A medida visa garantir a adequada gestão de resíduos, manutenção das condições de higiene, biossegurança e organização dos ambientes, assegurando a continuidade das atividades operacionais em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

ITEM 17 : LIXEIRA DE 60 LITROS - A aquisição de 10 lixeiras com capacidade de 60 litros justifica-se pela necessidade de atendimento às demandas de manejo de resíduos nos setores do CENP, sendo destinadas uma unidade para cada um dos 10 setores contemplados, quais sejam: sete unidades de criação e reprodução, Unidade de Investigação Biomédica, Seção de Laboratórios e Unidade de Nutrição Animal. A medida visa garantir a adequada segregação e acondicionamento dos resíduos, bem como a manutenção das condições de higiene, organização e biossegurança dos ambientes, assegurando a continuidade das atividades operacionais em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

ITEM 18 : LIXEIRA DE 15 LITROS - A aquisição de 20 lixeiras com capacidade de 15 litros justifica-se para utilização nos corredores de entrada e nos banheiros das sete Unidades de Criação e Reprodução (UR), bem como em áreas específicas de outros setores do CENP. Nos corredores de entrada das UR, as lixeiras serão destinadas ao descarte de equipamentos de proteção individual (EPIs) utilizados no acesso às unidades, contribuindo para o controle de biossegurança e prevenção de contaminações. Nos banheiros, serão utilizadas para o descarte de resíduos comuns, garantindo a adequada gestão de resíduos, a manutenção da limpeza e a organização dos ambientes. Adicionalmente, prevê-se a destinação de 2 unidades para cada um dos seguintes setores: as sete URs, a Seção de Laboratórios, a Unidade de Investigação Biomédica e a Unidade de Nutrição Animal. Dessa forma, assegura-se a adequada cobertura dos pontos de descarte e a manutenção das condições de higiene e biossegurança em todas as unidades contempladas.

ITEM 19: PÁ COLETORA LIXO- A aquisição de 150 pás coletoras de lixo justifica-se para utilização nas atividades de limpeza e catação de detritos e restos de frutas no interior dos recintos onde os animais do CENP são mantidos, contribuindo para a manutenção da higiene, bem-estar animal e biossegurança das áreas. Adicionalmente, as pás também serão utilizadas nas salas administrativas para o acondicionamento e remoção de resíduos e detritos, garantindo a adequada organização e limpeza dos ambientes de trabalho. Considerando o quantitativo total de 150 unidades para um período de 12 meses, assegurando o abastecimento contínuo e a reposição adequada do material ao longo do ano.

ITEM 20: PÁ CONSTRUÇÃO CIVIL -A aquisição de 20 pás de construção civil justifica-se para a realização da retirada total de maravalha nas áreas de criação de animais das Unidades de Criação e Reprodução do CENP, nas unidades maiores (1, 4 e 7), serão utilizadas 3 unidades em cada, e nas unidades menores (2, 3, 5 e 6), serão utilizadas 2 unidades por unidade. A distribuição do material visa evitar o compartilhamento entre setores, reduzindo o risco de contaminação cruzada e assegurando melhores condições de biossegurança e manejo sanitário. As unidades remanescentes serão destinadas à reserva técnica, para substituição em caso de desgaste, perda ou necessidade operacional, garantindo a continuidade das atividades ao longo do período de uso.

ITEM 21: PANO LIMPEZA - A aquisição de 350 unidades de pano de limpeza justifica-se para utilização nas atividades de varrição úmida das áreas de criação e das áreas administrativas do CENP, contribuindo para a manutenção das condições de higiene, organização e biossegurança dos ambientes. Adicionalmente, o material será utilizado no processo de aferição do peso de animais de pequeno porte na balança, garantindo melhor manejo, segurança dos animais e precisão na pesagem. O quantitativo de 350 unidades foi definido para atender a todas as áreas do CENP ao longo de um período de 12 meses, assegurando reposição adequada e continuidade das atividades operacionais em todas as unidades atendidas.

ITEM 22 - PANO LIMPEZA DE MICROFIBRA - A aquisição de 100 unidades de pano de limpeza de microfibra justifica-se para atender a todas as áreas do CENP, sendo destinado à realização de limpeza por varrição úmida em banheiros e tetos, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de higiene, organização e biossegurança dos ambientes. O quantitativo de 100 unidades foi definido para suprir a demanda operacional ao longo de um período

de 12 meses, garantindo reposição adequada e a continuidade das atividades de limpeza em todas as unidades atendidas durante o ano.

ITEM 23 - PANO LIMPEZA DE MICROFIBRA - A aquisição de 100 unidades de rodos justifica-se para utilização nas atividades de limpeza das áreas de criação, salas administrativas e banheiros do CENP, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de higiene, organização e biossegurança dos ambientes. O quantitativo foi definido visando evitar o compartilhamento do material entre diferentes áreas, reduzindo riscos de contaminação cruzada e assegurando maior controle sanitário nas rotinas de limpeza. Considera-se que as 100 unidades são destinadas ao atendimento das demandas operacionais ao longo de um período de 12 meses, garantindo reposição adequada e continuidade das atividades em todas as unidades atendidas durante o ano.

ITEM 24 e : SACO DE LIXO INFECTANTE VERMELHO: Faz-se necessária a aquisição de 1 pacote com 100 unidades de sacos para resíduo infectante, na cor vermelha, destinados ao descarte de carcaças de animais mortos, assegurando a correta segregação, acondicionamento e destinação final dos resíduos conforme as normas de biossegurança e manejo de resíduos de serviços de saúde. O quantitativo visa atender à demanda operacional do CENP ao longo de um período de 12 meses (1 ano), garantindo a disponibilidade do material de forma contínua e contribuindo para a manutenção das condições adequadas de higiene, segurança sanitária e controle de riscos biológicos.

ITEM 25 : SACO DE LIXO INFECTANTE BRANCO LEITOSO 60L A aquisição de 10 pacotes com 100 unidades desse item, justifica-se pela necessidade de garantir o correto descarte de materiais e EPIs descartáveis utilizados em atividades que envolvem contato com animais ou com excretas de animais, nas sete unidades de criação e reprodução de primatas. Além disso, destina-se ao adequado descarte de materiais e EPIs empregados em atividades com risco biológico na Seção de laboratórios, na Seção de Pesquisa em Primatas e na Seção de Medicina Veterinária. O quantitativo previsto considera o consumo estimado dessas unidades ao longo do período de 12 (doze) meses.

ITEM 25 - SACO DE LIXO INFECTANTE BRANCO LEITOSO 100L: A aquisição de 1 pacote com 100 unidades desse item, justifica-se pela necessidade de garantir o correto descarte de materiais e EPIs descartáveis utilizados em atividades que envolvem contato com animais ou com excretas de animais, nas sete unidades de criação e reprodução de primatas. Além disso, destina-se ao adequado descarte de materiais e EPIs empregados em atividades com risco biológico na Seção de laboratórios, na Seção de Pesquisa em Primatas e na Seção de Medicina Veterinária. O quantitativo previsto considera o consumo estimado dessas unidades ao longo do período de 12 (doze) meses.

ITEM 27: SACO DE LIXO INFECTANTE BRANCO LEITOSO 15L - A aquisição de 40 pacotes com 100 unidades do produto é necessária para garantir o correto descarte de EPIs utilizados por médicos-veterinários e por todos os visitantes que precisem acessar as unidades de criação e reprodução, em conformidade com as orientações de desparamentação previstas no POP SEMAP 1.12-004. O quantitativo estimado considera o consumo ao longo de aproximadamente 12 (doze) meses.

ITEM 28 - SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 50L: Serão adquiridos pacotes com 30 unidades para acomodação de hortifruti, com utilização prevista de 01 pacote por mês pelas URs 1, 2, 3, 5, 6, 7. Então, seriam 6 pacotes por mês, 72 por ano. Solicitamos mais 12 pacotes para atender as eventuais necessidades da clínica e do Experimento, tendo em vista que sua demanda é variável, totalizando 84 pacotes.

ITEM 29 - SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 30L: Serão adquiridos pacotes com 30 unidades para acomodação de hortifruti, com utilização prevista de 01 pacote por mês pelas URs 4, 5, Exposição, Clínica e Experimento. Então, seriam 5 pacotes por mês, 60 por ano. Solicitamos 03 pacotes a mais para atender à imprevistos, totalizando 63 pacotes.

ITEM 30 - SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 15L: Serão adquiridos pacotes com 30 unidades para acomodação de bolinhos de ração e frutas, com utilização prevista de 01 pacote por mês pelas URS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, Exposição, Clínica e Experimento. Então, seriam 10 pacotes por mês, 120 por ano.

ITEM 31 - SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 6L: Serão adquiridos pacotes com 30 unidades para acomodação de frutas, legumes e folhagens, com utilização prevista de 01 pacote por mês pela Exposição, Clínica e UR 4. Então, seriam 3 pacotes por mês, 36 por ano. Solicitamos 04 pacotes a mais para atender à imprevistos, totalizando 40 pacotes.

ITEM 32 e 33: SACO PLÁSTICO LIXO 50 e 15 LITROS - A aquisição de sacos de lixo de 50 e 15 litros é necessária para o correto descarte dos resíduos comuns gerados em todas as áreas do CENP. O quantitativo previsto considera o consumo estimado para o período de 12 (doze) meses.

ITEM 34 - SACO TRANSPARENTE 4kg: será adquirida uma bobina contendo 500 unidades, destinada ao acondicionamento e transporte de animais mortos de pequeno porte provenientes das URS 1, 4 e 7, bem como da área de exposição e, eventualmente, da clínica e experimento. O material será utilizado para encaminhamento à sala de necropsia, considerando a média anual de aproximadamente 30 óbitos no plantel.

ITEM 35 - SACO TRANSPARENTE 4kg: será adquirida uma bobina contendo 500 unidades, destinada ao acondicionamento e transporte de animais mortos de médio e grande porte provenientes das URS 2, 3, 5 e 6, bem como da área de exposição e, eventualmente, da clínica e experimento. O material será utilizado para encaminhamento à sala de necropsia, considerando a média anual de aproximadamente 30 óbitos no plantel.

ITEM 36 - VASSOURA: A aquisição de 100 vassouras é necessária para a limpeza de pó e detritos de maravalha nas áreas de criação e nas antessalas das 7 unidades de criação e reprodução, bem como na área de exposição, clínica e Unidade de Investigação Biomédica. Será utilizada uma vassoura por ambiente, com o objetivo de minimizar o risco de contaminação cruzada entre as áreas. O consumo estimado é para o período de um ano.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 230.793.280,00

O valor total da aquisição foi estimado em **R\$ 230.793.28** (Duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos) conforme Pesquisa de Preços 09/2026 (doc SEI! nº 0054396775).

Considerando o valor da contratação, recomenda-se que a forma de aquisição seja por dispensa de licitação, na forma eletrônica, conforme preconiza a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, de 8 de julho de 2021, Art. 4, inciso II e do art 75 da lei 14/133 inciso II.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

6. Parcelamento ou não da solução

O fornecimento dos itens químicos deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresenta características distintas que determinam a forma de entrega:

6.1 Aquisição Imediata em Única Entrega

Alguns produtos, como o **Virkon S** e o **desinfetante à base de dodecilbenzeno sulfonato de sódio**, possuem **prazo de validade extenso** e podem ser fornecidos integralmente em **uma única entrega**. Esta forma de fornecimento atende às necessidades imediatas da instituição, sem comprometer a qualidade, a validade ou a segurança dos ambientes de manejo e laboratório.

6.2 Aquisição Parcelada em Lote Único com Contrato Administrativo

Os itens **hipoclorito de sódio a 10%** e **desinfetante à base de quaternário de amônio** exigem cuidados especiais:

- São essenciais para os **Procedimentos Operacionais Padrão (POPs)** de higienização e desinfecção do Centro Nacional de Primatas;
- O **hipoclorito de sódio** possui **prazo de validade reduzido**, tornando necessária a entrega parcelada, garantindo a utilização dentro do período de validade;
- O **quaternário de amônio**, embora com validade maior, integra o **mesmo lote do hipoclorito**, garantindo padronização técnica, rastreabilidade e uniformidade operacional;
- Ambos os produtos deverão ser adquiridos **em lote único**, com formalização mediante **contrato administrativo e cronograma de fornecimento**, permitindo:
 - Continuidade do abastecimento;
 - Previsão de reajuste e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
 - Aplicação de penalidades em caso de descumprimento;
 - Garantia de rastreabilidade e compatibilidade operacional;
- Compras anteriores realizadas via nota de empenho evidenciaram **descontinuidade no fornecimento**, motivada por variações de preços, reforçando a necessidade do contrato administrativo para assegurar estabilidade, segurança jurídica e operacional.

6.3 Conclusão

Portanto, o fornecimento será realizado de forma combinada:

- **Entrega única** para produtos de validade longa (Virkon S e dodecilbenzeno sulfonato de sódio);
- **Parcelamento em lote único com contrato administrativo** para hipoclorito de sódio e quaternário de amônio.

Essa estratégia garante **segurança sanitária, continuidade das atividades do CENP, padronização, rastreabilidade e conformidade jurídica**.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Neste Estudo não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens solicitados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) foram previamente previstos no Plano de Gestão e Compras (PGC) 2025 e constam no Documento de Formalização de Demanda (DFD) 24/2025, configurando uma contratação recorrente, de natureza rotineira no âmbito do Centro Nacional de Primatas.

Essa aquisição está integrada ao planejamento institucional, garantindo que os materiais de limpeza e desinfetantes:

- Atendam às demandas operacionais diárias dos biotérios, laboratórios e áreas de manejo;
- Estejam compatíveis com o orçamento disponível para o exercício de 2025;
- Contribuam para a manutenção dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e das normas de biossegurança;
- Permitam planejamento eficiente do estoque e do cronograma de fornecimento, especialmente para produtos com validade reduzida, como o hipoclorito de sódio.

Portanto, trata-se de uma contratação técnica, planejada, recorrente e plenamente alinhada com o planejamento estratégico, técnico e financeiro da instituição, com formalização documentada no DFD 24/2025, garantindo eficiência, previsibilidade e segurança operacional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais de limpeza e desinfetantes previstos neste ETP proporcionará ao Centro Nacional de Primatas os seguintes benefícios:

1. Garantia da biossegurança e saúde animal

- Contribui para a redução da carga de microrganismos patogênicos nos biotérios, laboratórios e áreas de manejo;
- Minimiza riscos de transmissão de doenças entre primatas e profissionais;
- Mantém condições adequadas de higiene e desinfecção de utensílios, equipamentos e ambientes.

2. Eficiência operacional e continuidade das atividades

- Assegura que os processos de higienização e desinfecção sejam realizados de forma adequada e regular;
- Apoia a manutenção das rotinas de manejo, reprodução e pesquisa de primatas;
- Reduz riscos de interrupções nas atividades devido à falta de insumos essenciais.

3. Conformidade técnica e institucional

- Permite o cumprimento dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) do CENP;
- Garante que os materiais utilizados estejam alinhados às normas de biossegurança e regulamentações aplicáveis;
- Fortalece o controle interno e a gestão institucional dos insumos.

4. Sustentabilidade e responsabilidade ambiental

- Produtos atendem a critérios de sustentabilidade, como biodegradabilidade, não toxicidade e embalagens recicláveis;

- Contribui para a redução de impactos ambientais das atividades de higienização.

5. **Segurança e previsibilidade administrativa**

- Facilita a gestão de estoques e planejamento de compras futuras;
- Permite maior previsibilidade financeira e operacional;
- Fortalece a formalização e rastreabilidade dos processos de aquisição dentro da instituição.

13. **Providências a serem Adotadas**

Para garantir o êxito da contratação, serão adotadas as seguintes providências:

1. **Definição de Requisitos e Especificações Técnicas**

- Padronizar os produtos conforme POPs, normas de biossegurança e critérios de sustentabilidade ambiental;
- Garantir documentação técnica exigida (FISPQ, registro ANVISA, registro Conselho Regional de Química).

2. **Gestão do Processo Licitatório**

- Elaborar o termo de referência ou edital contemplando todas as exigências técnicas e critérios de aceitação;
- Definir forma de fornecimento (entrega única ou parcelada conforme especificado).

3. **Recebimento e Fiscalização**

- Designar servidor(es) responsável(eis) pelo recebimento e conferência dos produtos;
- Conferir quantidade, qualidade e conformidade técnica de cada entrega.

4. **Gestão Operacional e Estoque**

- Organizar armazenamento seguro e adequado dos produtos;
- Garantir a disponibilidade dos materiais para execução dos POPs de higienização e desinfecção.

5. **Rastreabilidade e Segurança Jurídica**

- Manter registros de entregas, datas de fabricação e validade;
- Assegurar formalização via contrato administrativo para produtos críticos (hipoclorito e quaternário de amônio), permitindo previsibilidade financeira e continuidade do fornecimento.

14. **Possíveis Impactos Ambientais**

O Centro Nacional de Primatas adota medidas para minimizar os impactos ambientais associados à aquisição, uso e descarte dos materiais de limpeza e desinfetantes:

1. **Armazenamento Seguro e Conservação dos Materiais**

- O Almoxarifado do CENP possui infraestrutura adequada para o armazenamento dos produtos, garantindo a conservação da qualidade e eficácia dos insumos;
- O SEMAP dispõe de meios para armazenamento corrente, assegurando a manutenção das condições de segurança, manipulação e integridade dos produtos.

2. Capacitação e Boas Práticas

- Todos os colaboradores que manipulam os insumos são treinados para uso seguro e correto dos materiais, reduzindo riscos de contaminação e acidentes;
- O treinamento inclui procedimentos de biossegurança, manuseio de químicos e protocolos de higienização.

3. Gestão de Resíduos e Destinação Ambientalmente Adequada

- O CENP mantém contrato específico para coleta e destinação final das embalagens e resíduos, garantindo conformidade com normas ambientais e evitando impactos ao meio ambiente;
- O manejo adequado contribui para a redução de resíduos perigosos, incentivando a reutilização ou reciclagem de embalagens sempre que possível.

Com estas medidas, a aquisição e o uso dos materiais de limpeza e desinfetantes no CENP reduzem riscos ambientais, asseguram a **saúde dos colaboradores e animais** e promovem a **conformidade com normas de biossegurança e sustentabilidade**.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição dos materiais de limpeza e desinfetantes é viável técnica e operacionalmente, pois trará benefícios diretos à instituição, incluindo: manutenção da biossegurança e saúde de colaboradores e primatas, continuidade das rotinas de manejo e pesquisa, padronização dos procedimentos de higienização, conformidade com normas técnicas e ambientais, e gestão eficiente de estoques e insumos.

Portanto, a contratação é exequível, necessária e estrategicamente relevante para o funcionamento seguro e eficiente do Centro Nacional de Primatas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OBADIAS DOS REIS SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 10:42:24.

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 11:04:27.

Lista de Anexos





Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.







- Anexo I - ANEXO I SANITIZANTES 2026.docx (9.19 MB)









ANEXO I – Imagens ilustrativas dos itens descritos no ETP Nº 24/2025.

Nº ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	IMAGEM
1	310507	ÁGUA SANITÁRIA: COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, CLASSE CORROSIVO: CLASSE 8, NÚMERO RISCO: 85, RISCO SAÚDE: 3, CORROSIVIDADE: 1, PESO MOLECULAR CLORO: 74,50, COR: AMARELA ESVERDEADA BASTANTE FRACA, TIPO: LIMÃO, DENSIDADE: DE 1,20 A 1	
2	481012	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES: APLICAÇÃO: LIMPEZA, TIPO: ETÍLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%	
3	429225	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70%	
	269876	CLOREXIDINA DIGLUCONATO: SABONETE ANTISSEPTICO DE CLOREXIDINA 2% EM SOLUÇÃO AQUOSA PARA ANTISSEPسيا DA PELE, APLICAÇÃO:DEGERMANTE	
	623108	COLETOR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE DACIONAL: C/ ALÇA, CAPACIDADE: CERCA DE 7 LITROS, MATERIAL: CAIXA DE PAPELÃO C/ SACO PLÁSTICO, TIPO DE RESÍDUO: GRUPO E - RESÍDUO PERFUROCORTEANTE INFECTANTE, TIPO RISCO: RISCO BIOLÓGICO, USO: USO ÚNICO	

4	389764	DESINFETANTE: FORMA FÍSICA: EM PÓ, TEOR ATIVO: DILUIÇÃO: 1%, COMPOSIÇÃO: MONOPERSULFATO DE POTÁSSIO + SURFACTANTE	
5	408763	DESINFETANTE: CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, TEOR ATIVO: TEOR ATIVO ENTRE 2,5% E 3,5%, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO	
	407849	DESINFETANTE SPRAY PRINCÍPIO ATIVO: ORTOFENILFENOL , TEOR ATIVO: 0,1% , CLORETO DE BENZIL ALQUIL DIMETIL AMÔNIO, , FORMA FÍSICA: EM SPRAY (AEROSSOL) , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA; TIPO: LYSOFORM OU SIMILAR	 Desinfetante Lysoform Aerosol - Original - 360ml
6	285860	DETERGENTE: APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, COMPOSIÇÃO: DETERGENTE LÍQUIDO, CLORO ATIVO, SEQUESTRANTE E AL	
7	389458	DETERGENTE SANEANTE: ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA VIDRARIA DE LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ESTABILIZAN	
8	462871	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE INSTRUMENTAL CIRURGICO, AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DILUIÇÃO PARA DESINFECÇÃO 1/50 LITROS, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR	

9	328078	DETERGENTE ENZIMÁTICO ADICIONAL: PARA AUTOMAÇÃO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE	
10	444268	ESCOVA LIMPEZA GERAL APLICAÇÃO: RECIPIENTES TUBULAR E VIDRARIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO 40 CM, CERDAS GROSSA ATÓXICA, DIÂMETRO: 80, MATERIAL CERDAS: NÁILON, MATERIAL CORPO: POLIETILENO	
14	250722	ESPONJA: MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA, APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, ABRASIVIDADE: ALTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, FORMATO: RETANGULAR	
15	378971	HIPOCLORITO DE SÓDIO. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 10 % DE CLORO ATIVO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO CONCENTRADO, NÃO ESTABILIZADO.	
17	292893	LIXEIRA: MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, CAPACIDADE: 100 LITROS, TIPO: COM TAMPA E RODAS COR: BRANCA, IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO "RESÍDUO INFECTANTE".	
	443329	LIXEIRA APLICAÇÃO: LIXO INFECTANTE GRUPO A, CAPACIDADE: 60 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL, COR: BRANCA, IMPRESSÃO: COM SÍMBOLO RESÍDUO INFECTANTE", MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: QUADRADA	

	237915	LIXEIRA CAPACIDADE: 15 LITROS, COR: BRANCA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: COM TAMPA E PEDAL, ALTURA: 38 CM, LARGURA: 25CM.	
18	304186	PÁ COLETORA LIXO: COMPRIMENTO CABO: 80, APLICAÇÃO: LIMPEZA, COMPRIMENTO: 20, LARGURA: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO REVESTIDO EM PLÁSTICO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO	
	470913	PÁ CONSTRUÇÃO CIVIL MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO CARBONO, FORMATO: QUADRADA, TAMANHO 33 CM X 42 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRAB EM Y TAMANHO 75CM.	
	396308	PANO LIMPEZA MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 70, COR: BRANCA, LARGURA: 50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CHÃO	
	438328	PANO LIMPEZA MATERIAL: MICROFIBRA, COMPRIMENTO: 80 CM, LARGURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO ABRASIVOS, TIPO: PANO DE CHÃO	
19	228863	RODO: MATERIAL SUPORTE: PLÁSTICO, COMPRIMENTO SUPORTE: 40, QUANTIDADE BORRACHAS: 1, COR: SUPORTE E CABO PRATA, MATERIAL CABO: PLÁSTICO	

20	455085	SACO ALTURA: 50, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO "RISCO BIOLÓGICO", COR: VERMELHA, LARGURA: 35, MATERIAL: POLIPROPILENO	
22	345591	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 60 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 63 CM, ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 7 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
23	345589	SACO PLÁSTICO LIXO CAPACIDADE: 100 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 75 CM, ALTURA: 105 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA , ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
	394188	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 15 L, COR: BRANCO LEITOSO , LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, ESPESSURA: 10 MICRA , APLICAÇÃO: COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
	403318	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 50 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE	
	403319	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 30 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE	
	403320	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 15 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE.	
	403320	SACO DE LIXO BIODEGRADÁVEL 6 LITROS. FEITO COM MATERIA PRIMA RECICLADA, COR:VERDE.	

	403320	SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL , CAPACIDADE: 15 L, LARGURA: 39 CM, ALTURA: 58 CM, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO. COR: PRETO	
24	226093	SACO PLÁSTICO LIXO ALTURA: 80, CAPACIDADE: 60, COR: PRETA, LARGURA: 63, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA	
	382626	SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 4 KG, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	
	291494	SACO MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE , CAPACIDADE: 10 KG, LARGURA: 80 CM, ALTURA: 120 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS , COR: INCOLOR , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOBINA PICOTADA	
25	226144	VASSOURA: MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 20, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO, MATERIAL CABO: MADEIRA PLASTIFICADA	

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Contrato 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	257005-CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM	12/05/2026 10:56 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2026	25208.000109/2026-99

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 25208.000109/2026-99)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União, por intermédio do(a) Centro Nacional de Primatas - CENP, com sede na Rodovia BR 316, Km 07, s/n, Centro, Ananindeua/PA, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.544/0022 00, neste ato representado pela Diretora Aline Amaral Imbeloni, nomeada pela Portaria nº CC/PR nº 874, de 19 de janeiro de 2023, publicada no DOU nº 15/2023, de 20 de janeiro de 2023, portadora da Matrícula Funcional nº 1942288, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo 25208.000109/2026-99 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de materiais de limpeza e sanitizantes indispensáveis à execução das atividades de higienização, descontaminação e desinfecção de utensílios, instalações laboratoriais, clínica veterinária e biotérios destinados ao manejo e conservação de primatas não humanos no âmbito do Centro Nacional de Primatas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	DESINFETANTE	408763	Bombona de 5 litros	70	R\$ 137.90	R\$ 9.653,00

	CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, TEOR ATIVO: TEOR ATIVO ENTRE 2,5% E 3,5%, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO					
2	HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELO ESVERDEADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO CONCENTRADO, NÃO ESTABILIZADO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 12 % DE CLORO ATIVO	378971	Bombona de 5 litros	1600	R\$ 95.37	R\$ 152.592,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 230.793.28 (Duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. . Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. . ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Nota de empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OBADIAS DOS REIS SILVA
Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA
Agente de contratação

DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 10:56:59.